

Apoena destaca desgaste da Funai

Em Cuiabá, os Cinta-Larga negociam diretamente com o Governo

Os guerreiros saem de suas terras e, em paz, vão aos domínios do homem branco. São os temidos guerreiros Cinta-Larga do Posto Indígena Serra Morena, subordinado à 8a. Delegacia Regional da Funai em Rondônia. Eles estiveram em Cuiabá onde, em reunião com dirigentes da Cemate, acertaram a fórmula de pagamento das terras que perderam com a construção de uma usina hidrelétrica que, inclusive, beneficiará a própria aldeia. O delegado da Funai, Apoena Meirelles, testemunhou o encontro, participando das negociações, e ao final destacou o desgaste da Fundação "que não consegue defender os direitos de seus tutelados ao ponto de praticamente obrigá-los a negociar diretamente seus interesses". Apoena Meirelles deve deixar os quadros da Funai em março próximo, para assumir a direção de uma empresa em Várzea Grande, cidade vizinha a Cuiabá.



CUIABÁ — Nesta primeira vez, os temidos guerreiros cinta-larga do posto indígena Serra Morena subordinado à 8a. Delegacia Regional da Funai em Rondônia, saíram de suas aldeias e vieram à capital Mato-grossense negociar diretamente com a Diretoria das Centrais Elétricas Mato-Grossense S/A (Cemat), que está construindo uma usina em suas terras, a 90 quilômetros da cidade de Juína, no Norte do Estado.

A despeito da presença do sertanista Apoena Meirelles, Delegado da Funai em Rondônia, da antropóloga Carmen Junqueira, representando o Programa Polonoroeste (equipamento de avaliação) de Maria Ines e João Dal Poz, da Operação Anchieta (Parque de Aripuanã, Francisco de Assis da Silva, foram os cinta-largas que conduziram as negociações.

O líder Lampião, que pouco entende o português, abriu a reunião falando na sua língua e com voz forte, traduzido pelo jovem cinta-larga A-topi:

O índio não invade terra de ninguém. O branco está roubando nossas terras e tem que pagar por isto, preço justo. Se não atender comunidade não sei o que vai acontecer, não me responsabilizo, porque todos os cinta-largas vão se unir para tirar usina. Não saio daqui sem decisão disse o chefe Lampião, muito convicto em suas palavras.

Já o presidente da Cemate, Heraldo Candia Figueiredo, demonstrando pouco conhecer a realidade indígena-mato-grossense afirmou que a construção da usina hidrelétrica no Rio Aripuanã, nas terras dos cinta-larga, é muito importante para os índios porque significa que o progresso está chegando na aldeia.

Mas os índios não se deixaram emboramar pela falácia oficial do Governo do Estado e firmaram pé no pagamento das terras usurpadas (193 hectares serão alagados) exigindo dois barcos com motor de popa, uma caminhonete Toyota, um trator, um caminhão F. 4.000, instalação de luz elétrica na aldeia, construção de estrada ligando o posto à usina, abastecimento de gêneros alimentícios e construção de casa sede, uma escola e enfermaria, todas

dotadas de instalação hidráulica.

Diante do impasse nas negociações, o presidente da Cemate Heraldo Candia, preferiu esperar o secretário de Obras e Serviços Públicos do Estado, deputado Ricardo Correa, a quem está subordinado. Ele chegou um pouco mais tarde e após cumprimento os participantes da reunião reabriu as negociações.

No final, os cinta-largas, a secretaria de Obras, a Cemate, a Funai, com o testemunho da antropóloga Carmen Junqueira, de Maria Ines e João Dal Poz, da Operação Anchieta, foi assinado o acordo que garante aos índios a construção da estrada, dois barcos com motor de popa e a caminhonete caminhão e instalação de energia na aldeia. Por sua vez, os índios não vão impedir a construção da usina, já em fase adiantada, que deve gerar cerca de 5,2 mil kwh. Isto é, se o Governo cumprir o acordo dentro do prazo de 60 dias.

Na opinião de Apoena Meirelles, que deve deixar os quadros da Funai em março próximo para assumir a direção de uma empresa em Várzea Grande, cidade vizinha da capital, a presença dos índios no gabinete da Cemate demonstra o quanto desgastada está a Funai que não consegue defender os direitos de seus tutelados ao ponto de praticamente obrigá-los a negociar diretamente seus interesses.

Mas, a principal discussão mesmo começou ontem com a secretaria de Assuntos Fundiários com o Instituto de Terras de Mato Grosso e com a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (Codemat). Sobre os limites da reserva dos cinta-largas.

A Codemat, então dirigida pelo atual deputado federal Bento de Souza (PDS-MT), conseguiu da Funai uma certidão negativa de terras na região e promoveu a venda de lotes. A Funai mandou abrir um picadão que não bateu com as coordenadas do memorial descritivo fornecido pela firma Patrady, executora do serviço do traçado da Funai. Os lotes vendidos pela Codemat estão fora da área indígena, mas no serviço da empresa de topografia o picadão cortou dois lotes e os índios não estão dispostos a abrir mão das

terras que ocupam imemorialmente. Outro impasse que vai demorar para ser solucionado, embora José Jaime Mancini, diretor do patrimônio indígena da Funai em Brasília, tenha iniciado as conversações com as autoridades do Estado neste sentido.

TENSÃO EM GOIÁS

GOIÂNIA — Apesar da tensão agravada com o reinício da demarcação da reserva dos Apinagés, não houve ainda nenhum atrito entre índios e brancos em Tocantinópolis, extremo norte de Goiás. A Polícia Militar reforçou seu contingente na cidade enviando para lá mais 30 soldados e um tenente, que estão mantendo a ordem. O governador Iris Rezende insistiu em seu apelo à Funai para que providencie o quanto antes a fixação da área da reserva e sua demarcação, o que porá fim ao conflito. Através de telefonemas, ele tentou falar com Nelson Marabuto, sem conseguir.

Os Apinagés reiniciaram a demarcação, desta vez auxiliados pelos índios Txucarramat (liderados pelo cacique Raoni, o mesmo que no ano passado manteve vários servidores da Funai como reféns durante dias), xavantes, Kruhs, Canclas, Gaviões e Xerenfes. Os índios possuem 148 mil hectares — extensão que ultrapassaria até a área urbana de Tocantinópolis.

O reinício da demarcação — que não tem valor legal — pelos próprios índios e a chegada de silvícolas de outras nações aumentaram os temores da comunidade de Tocantinópolis. Muitas pessoas temendo um ataque, pediram a ajuda de parentes e amigos residentes na vizinha cidade de Araguaína. Essas pessoas foram para Tocantinópolis levando armas e munição. A PM, no entanto, com o reforço de seu contingente, está mantendo a calma no lugar. O chefe do Estado-Maior da Corporação, coronel Euniper Moura, pediu ao superintendente regional da Polícia Militar que vá a Tocantinópolis, pois a situação é grave, mas até ontem ainda não tinha sido atendido.

O Instituto Brasil Central, entidade que se diz ser entidade civil sem fins lucrativos, tem denunciado a invasão das terras dos Apinagés por pequenos e médios posseiros e até por grandes fazendeiros, com a cobertura de deputados estaduais do PMDB, do prefeito de Tocantinópolis e do vereador José Bonifácio. O Ibrace diz ainda reunir em seus quadros sociólogos, advogados e antropólogos, acusa Bonifácio de instigar a população a se armar contra os índios e pregar a redução da área a ser demarcada. O vereador, por seu turno, acusa o Ibrace e outras pessoas de incentivarem os índios a alargar as terras sob seu controle.



CREDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

O Estado de São Paulo (Post Velho)

Class:

153

Data:

24.01.85

Pg:

05